



PROCESSO Nº 8792/2013

ÓRGÃO DE ORIGEM: Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

ASSUNTO: **Representação.**

EMENTA: Representação nº 04/2013-CF acerca de possível incompatibilidade do § 7º do art. 41 da LODF com as normas constitucionais que instituíram o caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em face da possibilidade de servidores públicos do DF com carga horária variável perceberem proventos de acordo com a jornada predominante nos últimos três anos anteriores à aposentadoria.

Decisão nº 1084/2013 (fl. 15). Conhecimento da Representação nº 04/2013-CF e ciência da subscritora da mencionada representação. Devolução dos autos à SEFIPE para o estudo competente, autorizando-se, desde já, a realização de inspeção onde se fizer necessário.

Conhecimento. Recomendação ao IPREV/DF. Arquivamento.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do exame da Representação nº 04/2013-CF (fls. 02/05), ofertada pelo Ministério Público de Contas do DF acerca de possível incompatibilidade do § 7º do art. 41 da LODF com as normas constitucionais que instituíram o caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em face da possibilidade de servidores públicos do DF com carga horária variável perceberem proventos de acordo com a jornada predominante nos últimos três anos anteriores à aposentadoria.

2. Segundo informado, é comum que, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do DF, o servidor, tendo em vista iminente aposentadoria, passe a fazer jornada de 40 horas semanais para o efeito de aposentar-se com proventos majorados, apesar de, em muitos casos, ter permanecido durante toda a vida funcional contribuindo apenas sobre a jornada de 20 horas semanais, o que contrariaria a regra da aposentadoria baseada no caráter contributivo e solidário, a partir da Reforma Previdenciária, com vistas a preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema.

3. Na sequência, o *Parquet* colacionou excertos das regras previdenciárias constantes do art. 40 da Constituição Federal, destacando-se os dispositivos que tratam do caráter contributivo, fazendo-se referência à regulamentação do cálculo dos proventos prevista na Lei nº 10.887/04. Registra o teor do art. 41 da LODF (que é anterior à Reforma Previdenciária), enfatizando o seu



§ 7º¹, para concluir que o mesmo é incompatível com a evolução das normas previdenciárias, que privilegiam o caráter contributivo, afrontando os princípios da moralidade, da economicidade, da razoabilidade e do equilíbrio atuarial.

4. Por fim, no intuito de não tutelar prejuízos aos cofres públicos do DF, o Ministério Público requereu que a Corte se manifeste com prioridade a respeito da matéria, nos termos dos arts. 37, 70, 71, III, da CF, a fim de pacificar a plena correspondência entre os valores daqueles que se aposentam com carga horária variável e o regime contributivo previdenciário.

5. Após exame de admissibilidade, a SEFIPE opinou pelo conhecimento da representação, ciência da decisão que viesse a ser proferida à ilustre representante do Ministério Público, subscritora da representação, e a devolução dos autos à Unidade Técnica para os fins pertinentes. Ato contínuo foi prolatada a Decisão nº 1084/2013 (fl. 15), *in verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Representação nº 04/2013-CF; II - dar ciência desta deliberação à ilustre representante do Ministério Público junto à Corte, subscritora da mencionada representação; III - autorizar a devolução dos autos à SEFIPE para que formule o competente estudo, com a prioridade que o caso requer, autorizando, desde já, a realização de inspeção onde se fizer necessário.

6. Dito isto, impende esclarecer que o presente estudo se desenvolverá em cinco etapas, a saber: *i)* histórico das normas locais que disciplinaram a questão, com ênfase para aquelas pertinentes à SES/DF; *ii)* contextualização das reformas previdenciárias; *iii)* análise da compatibilidade do disposto no § 7º do art. 41 da LODF com a evolução das normas previdenciárias; *iv)* análise da compatibilidade do § 7º do art. 41 da LODF com os princípios invocados pelo *Parquet*; e *v)* conclusão.

I – Normas locais que disciplinaram o disposto no § 7º do art. 41 da LODF

7. Nesse panorama, releva destacar que a LODF, promulgada em 08/06/1993, trouxe em seu art. 41 regras de aposentadoria cujos requisitos eram os mesmos daqueles vigentes na redação original do art. 40 da CF, inovando em relação a alguns aspectos, dentre os quais a previsão contida no § 7º do art. 41,

¹ **Lei Orgânica do DF**
Art. 41. [...]

§ 7º Aos servidores com carga horária variável, são assegurados os proventos de acordo com a jornada predominante dos últimos três anos anteriores à aposentadoria.



para cuja efetivação foram editadas regulamentações diversas no âmbito distrital, algumas com aplicação específica para os servidores da SES/DF, conforme ligeira síntese trazida a seguir.

8. A Lei Distrital nº 948/95, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 17.107/96, instituiu o regime opcional de 40 horas semanais de trabalho para os servidores da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, dos Quadros de Pessoal e Suplementar de Pessoal da extinta Fundação Hospitalar do Distrito Federal, mantida a respectiva proporcionalidade salarial, tendo autorizado, no seu art. 3º, a extensão dessa jornada para as carreiras que ainda não dispunham de tal sistemática, senão vejamos:

Art. 1º Fica instituído para os servidores integrantes da Carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, dos Quadros de Pessoal e Suplementar de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 740, de 28 de julho de 1994, mediante opção, o regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, mantida a respectiva proporcionalidade salarial.

[...].

Art. 3º Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a estender a jornada de trabalho de que trata o art. 1º, nas mesmas condições a todas as carreiras que ainda não disponham dessa sistemática. (Artigo mantido pela CLDF após veto do Governador do DF - DODF de 09.02.1995)

9. Por sua vez, a Lei nº 2.663/01¹ estendeu o regime opcional de trabalho de 40 horas semanais para todas as carreiras do serviço público do Distrito Federal, condicionando-o, todavia, à necessidade e ao interesse da Administração. Com vistas à regulamentação dessa lei foi baixado o Decreto nº 25.324/04², que autorizou os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a

¹ **Lei nº 2.663/01**

Art. 1º Aplica-se a todas as carreiras do serviço público do Distrito Federal, mediante ato do Poder Executivo e de acordo com a necessidade e o interesse da Administração, o regime de quarenta horas semanais instituído pelo art. 1º da Lei nº 948, de 30 de outubro de 1995.

² **Decreto nº 25.324/04**

Art. 1º - Ficam autorizados os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Distrito Federal a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho aos servidores integrantes das carreiras do serviço público do Distrito Federal, observadas, rigorosamente, as seguintes condições:

I - comprovação da necessidade de ampliação da carga horária para garantir a execução dos serviços;

II - disponibilidade orçamentária e financeira para custear o aumento da despesa durante o exercício; e

III - realização de avaliação semestral do desempenho das Unidades beneficiárias, mediante publicação de ato do titular do órgão respectivo.

§ 4º A exoneração de cargo em comissão de servidor ocupante de cargo efetivo, não acarreta a perda da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a hipótese de requerimento próprio de retorno à jornada de 30 (trinta) horas."



oferecer a opção pelo regime de 40 horas semanais aos seus servidores, desde que comprovada a necessidade de ampliação para garantir a execução dos serviços, disponibilidade orçamentária e financeira e realização de avaliação semestral do desempenho das unidades beneficiárias.

10. A Lei nº 3.323/04 reestruturou a carreira Médica, do quadro de pessoal do DF, trazendo no seu art. 6º¹ regramento quanto à possibilidade de majoração da jornada, destacando-se que a Portaria/SES nº 145², de 11/08/2011, fixou a carga horária das diversas carreiras da área de saúde, ressaltando, em seu art. 5º, a possibilidade de majoração para o regime de 40 horas semanais, condicionada, em todo caso, ao atendimento dos requisitos legais.

11. Vê-se, portanto, que a regulamentação do § 7º do art. 41 da LODF fixou critérios e condições para a plena aplicação desse dispositivo, resguardando, em todo caso, a conveniência e a necessidade da Administração para decidir pela majoração ou não da carga horária.

II – Contextualização das reformas previdenciárias

12. A aposentadoria voluntária, conhecida como aposentadoria por tempo de serviço, sofreu grandes modificações nos últimos anos com a publicação das Emendas Constitucionais nºs 20/98, 41/03 e 47/05, colocando, atualmente, o cálculo dos proventos pela última remuneração como exceção, e ainda assim extensível somente àqueles que ingressaram no serviço público até 15/12/1998 ou 31/12/2003, conforme o caso. O quadro-resumo a seguir ilustra bem esse panorama:

¹ Lei nº 3.323/04

Art. 6º A jornada de trabalho dos integrantes da carreira de que trata esta Lei é de vinte horas semanais.

§ 1º Observados os requisitos, e comprovada a necessidade do serviço e a existência de recursos orçamentários, a Secretaria de Estado de Saúde, mediante regulamentação fundamentada em avaliação semestral do desempenho das unidades beneficiárias, poderá oferecer aos ocupantes do cargo de médico opção pela jornada de quarenta horas semanais, excetuados os casos previstos em legislação própria.

§ 2º No caso de legislação impeditiva, de que trata o § 1º, o servidor poderá optar pela jornada máxima permitida em Lei.

§ 3º Uma vez concedida a jornada de trabalho de quarenta horas semanais, o retorno à jornada anterior deverá ser pleiteado com noventa dias de antecedência, ficando a Administração submetida ao mesmo prazo para determinar o retorno em decorrência de seu interesse.

§ 4º Após três anos de cumprimento ininterrupto da jornada de quarenta horas semanais, o retorno à jornada de trabalho de vinte horas semanais ficará sujeito a avaliação das necessidades do serviço e do desempenho do servidor, assegurado o direito de recurso relativamente à sua permanência no regime de quarenta horas semanais.

² Portaria/SES nº 145/11

Art. 5º O servidor efetivo poderá optar pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais, desde que atendidos aos requisitos das Leis nº 948, de 30/11/1995 e nº 2.663, de 04/01/2001, esta última regulamentada pelo Decreto nº 25.324, de 10/11/2004, alterado pelo Decreto nº 26.065/05, de 27/07/2005, e respeitado o contido nas Leis nºs 3.320, 3.321, 3.322 e 3.323/2004.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 21

Proc.: 8792/13

Rubrica

Quadro-Resumo das Regras de Aposentadoria Voluntária

| Ingressa e completa requisitos antes da EC nº 20/98 | Ingressa até 16/12/98 e completa requisitos após 16/12/98 e até 31/12/03 | Ingressa até 16/12/98 e completa requisitos após 31/12/03 | Ingressa após 16/12/98 e completa até 31/12/03 – regra direito adquirido | Ingressa entre 16/12/98 e 31/12/03 Completa após 31/12/03 | Ingressa após 31/12/03 e completa requisitos a qualquer tempo |
|--|--|--|---|--|--|
| 35 de serviço (homem) 30 de serviço (mulher) Última remuneração e paridade - Art. 40, III, “a” da CF (redação original) | Regra Permanente 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 10 anos de Serv. Público 05 anos no cargo Última remuneração e paridade - Art. 40, III, “a”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 20/98) | Regra Permanente 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Média aritmética e sem paridade - Art. 40, III, “a”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) | Regra Permanente 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Última remuneração e paridade - Art. 40, III, “a”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 20/98) c/c o art. 3º da EC nº 41/03 | Regra Permanente 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Média aritmética e sem paridade - Art. 40, III, “a”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) | Regra Permanente 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Média aritmética e sem paridade - Art. 40, III, “a”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) |
| 30 de serviço (homem) 25 de serviço (mulher) Proporcional com paridade - Art. 40, III, “c” da CF (redação original) | Regra de Transição 35 de contribuição e 53 de idade (homem) 30 de contribuição e 48 de idade (mulher) Pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 05 anos no cargo Última remuneração e paridade - Art. 8º, “caput”, I, II e III da EC nº 20/98 | Regra de Transição 35 de contribuição e 53 de idade (homem) 30 de contribuição e 48 de idade (mulher) Pedágio de 20% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 05 anos no cargo 5% a menos para cada antecipado Média aritmética e sem paridade - Art. 2º, “caput” e incisos, § 1º, I e II, e § 6º da EC nº 41/03 | | Regra de Transição 35 de contribuição e 60 de idade (homem) 30 de contribuição e 55 de idade (mulher) 20 anos Serviço Público 10 anos carreira 05 anos no cargo Última remuneração e paridade - Art. 6º, I a IV, da EC nº 41/03 | |
| | Regra de Transição 30 de contribuição e 53 anos de idade (homem) 25 de contribuição e 48 anos de idade (mulher) Pedágio de 40% sobre o tempo que faltava em 16/12/98 05 anos no cargo Proporcional com paridade - Art. 8º, § 1º e incisos da EC nº 20/98 | Regra de Transição 35 de contribuição (homem) 30 de contribuição (mulher) 25 anos Serviço Público 15 anos carreira 05 anos no cargo Cada ano de contribuição a mais desconta 01 da idade Última remuneração e paridade - Art. 3º, I a III, da EC nº 47/05 | | | |
| Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) Proporcional com paridade - Art. 40, III, “d” da CF (redação original) | Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) 10 anos de Serv. Público 05 anos no cargo Proporcional com paridade - Art. 40, III, “b”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 20/98) | Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Proporcional, sem paridade e média aritmética - Art. 40, III, “b”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) | Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Proporcional com paridade - Art. 40, III, “b”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 20/98), c/c o art. 3º da EC nº 41/03 | Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Proporcional, sem paridade e média aritmética - Art. 40, III, “b”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) | Regra Permanente Aposentadoria por Idade 65 anos (homem) 60 anos (mulher) 10 anos de Serviço Público 05 anos no cargo Proporcional, sem paridade e média aritmética - Art. 40, III, “b”, c/c o seu § 3º, CF (redação da EC nº 41/03) |



13. Na redação original do art. 40 da CF¹, este utilizava o termo “aposentadoria voluntária por tempo de serviço” ao invés de “aposentadoria voluntária por tempo de contribuição”. Até o início das reformas previdenciárias, o servidor era obrigado a comprovar apenas o seu efetivo exercício, independente de ter havido ou não recolhimento de contribuições ao regime próprio.

14. No período compreendido entre a publicação da CF/88 até a EC nº 20/98, os requisitos para a concessão de aposentadoria voluntária por tempo de serviço, para aqueles que reuniram todas as condições necessárias no período, eram os seguintes:

- a) Aposentadoria com proventos integrais: 35 anos de serviço, se homem; 30 anos de serviço, se mulher. Não havia idade mínima;
- b) Aposentadoria com proventos proporcionais: 30 anos de serviço, se homem; 25 anos de serviço, se mulher. Não havia idade mínima;
- c) Professores, com proventos integrais: 30, se homem; 25 anos de serviço, se mulher. Não havia idade mínima.

15. Se concedida a aposentadoria numa das hipóteses anteriores, todos os aumentos, vantagens e benefícios concedidos aos servidores em atividade eram extensíveis aos inativos e pensionistas, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria (paridade).

II.1 – A Emenda Constitucional nº 20/98

16. A Emenda Constitucional nº 20/98, ao conferir nova redação ao art. 40 da CF², modificou sensivelmente as regras então vigentes, instituindo requisitos

¹ **CF/88 – redação original**

Art. 40. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta, se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

[...].

² **CF/88 – redação dada pela EC nº 20/98**

c:\temp\136675126192688.doc



mais severos para a concessão de aposentadoria voluntária ao servidor público, numa clara tentativa de fazê-lo permanecer mais tempo na ativa e, assim, diminuir seu tempo na inatividade.

17. O requisito essencial a ser comprovado pelo servidor passou a ser o efetivo recolhimento da contribuição previdenciária no período laborado, em que pese ter sido assegurada a manutenção da paridade (garantia aos proventos de mesmo indexador e percentual aplicável à remuneração) e cálculo pela última remuneração da atividade, prevalecendo, a partir de então, o conceito de “tempo de contribuição”, em substituição ao de “tempo de serviço”, para fins de acesso aos benefícios, para que o caráter contributivo pudesse viabilizar o seu equilíbrio financeiro e atuarial, extinguindo-se a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais, que subsistiu apenas numa das regras de transição.

18. O § 9º do art. 40 da CF, com a redação dada pela EC nº 20/98, cuidou de estabelecer, a partir de então, a diferença entre o tempo de contribuição, computável para efeito de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente, computável para efeito de disponibilidade, reforçado pelo § 10, ao vedar a contagem de tempo de contribuição fictício.

19. A propósito do tema, com propriedade Odete Medauar¹ define o regime contributivo como sendo “aquele em que há contribuição direta do servidor para que este

Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º - Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

[...].

§ 3º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

[...].

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade [...].

¹ Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT, 2004.



tenha direito à aposentadoria. Além disso, há também o aporte de recursos do respectivo ente estatal”.

20. Reforçando essa nova orientação foram aprovados limites de idade para a aposentadoria por tempo de contribuição, a saber, 55 anos para as mulheres, e 60 anos para os homens. Pela regra de transição¹ permitiu-se, porém, a concessão de aposentadoria após 48 anos de idade, para as mulheres, e 53 anos de idade, para os homens, desde que cumprido um tempo adicional de 20% aplicado sobre o tempo que faltava, em 15/12/1998, para que o servidor fizesse jus ao referido benefício, ou, no caso de aposentadoria proporcional, um tempo adicional de 40%, mantida, em todo caso, a paridade com os servidores em atividade.

II.2 – As Emendas Constitucionais nºs 41/03 e 47/05

21. Aprofundando ainda mais as reformas iniciadas pela EC nº 20/98, a Emenda Constitucional nº 41/03 alterou sobremaneira as regras transitórias então vigentes. Nesse meio tempo foi proposta uma “PEC paralela”, assim nominada por ter tramitado paralelamente à EC nº 41/03, e que viria a ser a EC nº 47/05. Tais Emendas alteraram sensivelmente as regras de aposentadoria do art. 40 da CF², tendo como principais aspectos:

¹ **EC nº 20/98**

Art. 8º - Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressaltado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

1º - O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o “caput”, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento. [...].

§ 5º - O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no “caput”, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, “a”, da Constituição Federal.

² **CF/88 – redação da EC nº 41/03 e 47/05**

c:\temp\136675126192688.doc



- a) para as novas aposentadorias, a base de cálculo deixa de ser a última remuneração e passa a ser a média das remunerações;
- b) a instituição da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas que recebam proventos acima de determinado valor;
- c) previsão de regime de previdência complementar com planos de benefícios na modalidade de contribuição definida;
- d) a criação do abono de permanência em substituição à isenção da contribuição previdenciária instituída pela EC nº 20/98;
- e) a instituição de regras de transição para aqueles que ingressaram no serviço público até a data da publicação da EC nº 41/03 e a garantia

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

[...].

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

[...].

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

[...].



dos direitos adquiridos dos aposentados, bem como daqueles que, até a data de publicação da Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para a obtenção da aposentadoria com base nos critérios da legislação anterior.

22. Percebe-se que as regras permanentes para aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, trazidas pela EC nº 41/03, são as mesmas que passaram a vigorar com a publicação da EC nº 20/98. Todavia, com o regramento da EC nº 41/03 o cálculo das aposentadorias e pensões passou a observar nova sistemática. No caso das aposentadorias, o valor dos proventos será calculado pela média das remunerações, na forma da lei, não havendo, a partir dessa Emenda, que se falar em proventos calculados sobre a última remuneração do cargo efetivo, se decorrentes de aposentadoria prevista nas regras previdenciárias permanentes, aplicáveis aos servidores públicos civis, cujos critérios e requisitos sejam alcançados após a edição daquela Emenda.

23. Destarte, nas pensões instituídas na vigência da EC nº 41/03, ainda que originárias de aposentadoria cujos proventos tenham sido calculados sobre a última remuneração, o *quantum* corresponderá ao limite do RGPS, acrescido de 70% do valor que superar tal limite. Não há, assim, mais concessão de pensão com proventos integrais ou amparada pela paridade, exceto se o valor do benefício for inferior ao teto do RGPS, hipótese em que será integral.

24. Visando regulamentar o disposto no §§ 3º e 17 do art. 40 da CF, na redação dada pela EC nº 41/03, pertinente à forma de cálculo dos proventos das aposentadorias fundamentadas na regra geral, foi editada a Lei Federal nº 10.887/04, estabelecendo em seu art. 1º que *“será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência”*. No âmbito local, a Lei Complementar nº 769/08 disciplinou a questão, mantendo, em linhas gerais, o mesmo regramento da legislação federal.

25. No que diz respeito às novas regras transitórias, relevantes alterações foram introduzidas, existindo, atualmente, três situações em que os servidores poderão se enquadrar.

26. A primeira delas está disposta no art. 2º da EC nº 41/03¹, e os proventos serão calculados pela média das remunerações, sendo reduzidos para

¹ **EC nº 41/03**

Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, c:\temp\136675126192688.doc



cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40 da CF, e alcança somente os servidores que ingressaram no serviço público até a data de publicação da EC nº 20/98. A segunda regra de transição é para todos os servidores que ingressaram no serviço público até a data da publicação da EC nº 41/03 e está disposta em seu art. 6^o¹, com proventos calculados sobre a última remuneração. A terceira regra de transição, prevista no art. 3^o da EC nº 47/05², atenuou alguns dos efeitos da EC nº 41/03, privilegiando aqueles que ingressaram no mercado de trabalho mais cedo, garantindo ao que tenha ingressado no serviço

§§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

¹ **EC nº 41/03**

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

² **EC nº 47/05**

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.



público até 16/12/1998 a possibilidade de, caso não opte por nenhuma das regras anteriormente expostas, aposentar-se com proventos calculados sobre a última remuneração, com a redução de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder ao mínimo. Por seu turno, o art. 7º da EC nº 41/03¹ e o art. 2º da EC nº 47/05² especificaram a classe de servidores que teria direito à paridade.

27. Quanto àqueles que muito embora tenham preenchido os requisitos para a aposentação, mas tenham optado por permanecer em atividade, o § 19 do art. 40 da CF assegurou o direito ao recebimento de um “abono de permanência”, correspondente à “isenção da contribuição previdenciária” prevista no art. 3º, § 1º da EC nº 20/98, até que se cumpram os requisitos para a aposentadoria compulsória.

III – Análise da compatibilidade do § 7º do art. 41 da LODF com as reformas previdenciárias

28. Diante desse quadro de mudanças, uma análise ligeira poderá levar à conclusão de que o disposto no § 7º do art. 41 da LODF, por estar inserido num contexto redacional que não acompanhou as reformas previdenciárias, seja incompatível com o regramento atual. Em verdade, deve ser empreendida uma análise temperada de cada dispositivo, ressaltando-se, porém, que em face do objeto do presente estudo dizer respeito à análise do disposto no § 7º do art. 41 da LODF, os demais dispositivos serão considerados em sede de análise periférica, se for o caso. Apresentado nos parágrafos anteriores o panorama atual das regras de aposentadorias, passa-se ao cotejo da compatibilidade desse dispositivo com a redação atual do art. 40 da CF e regras de transição.

29. Pois bem, o § 4º do art. 40 da CF³, na redação dada pela EC nº 47/05,

¹ **EC nº 41/03**

Art. 7º Observado o disposto no [art. 37, XI, da Constituição Federal](#), os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade [...].

² **EC nº 47/05**

Art. 2º Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do [art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#), o disposto no art. 7º da mesma Emenda.

³ **CF/88 - redação da EC nº 47/05**

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I portadores de deficiência;

II que exerçam atividades de risco;

c:\temp\136675126192688.doc



vedou expressamente a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores em geral, exceção feita apenas em relação aos portadores de deficiência, aos que exerçam atividades de risco, ou aos que exerçam atividades sob condições especiais. Ao que parece, o legislador cuidou de usar as expressões “requisitos” e “critérios” para deixar claro o campo de incidência da vedação.

30. Requisitos e critérios não se confundem. Segundo o dicionário Michaelis, versão *online*¹, requisito é “*exigência imprescindível para a consecução de certo fim*”, e critério é “*aquilo que serve de norma para julgar, decidir ou proceder*”. Contextualizando, requisito é o que se exige para a concessão da aposentadoria. Critério, o parâmetro a ser utilizado para avaliar se os requisitos foram cumpridos.

31. Nesse esteio, a forma de cálculo de proventos se coloca como uma consequência dos requisitos e critérios adotados na aposentação, **se em relação à última remuneração ou pela média das remunerações**. Essas duas formas de cálculo de proventos passam a ser analisadas a seguir.

32. É cediço que se o servidor estiver amparado pelo pálio das regras de transição, os proventos corresponderão à última remuneração, situação essa que representa uma opção feita pelo legislador em respeito à segurança jurídica e também para proteger situações de expectativa de direito, de modo a minorar o impacto das novas regras para aqueles que se encontravam no “meio do caminho”.

33. Nesse giro, entende-se que as regras de transição excepcionaram o caráter contributivo quando mantiveram o regramento que era aplicável até então para as aposentadorias por tempo de serviço, no pertinente ao cálculo dos proventos sobre a última remuneração, não tornando, esses casos, o tempo de contribuição um requisito expressamente vinculado. Dessa forma, não é demais considerar a possibilidade, por exemplo, de um servidor que se enquadre nas regras de transição, e que tenha um aumento salarial neste mês e venha a se aposentar no subsequente, possa levar essa última remuneração para a inatividade.

34. Apesar de o tempo de contribuição ter figurado como requisito vinculativo para as aposentadorias pela regra geral desde a EC nº 20/98, a sistemática atual, trazida pela EC nº 41/03 e regulamentada pela Lei nº 10.887/04, considera as remunerações desde a competência julho de 1994 para efeito do cálculo da média, época em que a contribuição não vinculava a aposentação.

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

¹ Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/>, acesso em 02/04/2013.



35. Ademais disso, a expressão “correspondente à última remuneração” não diz respeito necessariamente à totalidade do que o servidor recebe na ativa. Nem todas as parcelas que integram a remuneração na atividade são levadas para a aposentadoria, em especial as revestidas de caráter de transitoriedade.

36. Enquanto não cumprido o requisito temporal do § 7º do art. 41 da LODF, que, ressalte-se, não inova nas regras de aposentação, o regime de 40 horas não integra a remuneração dos servidores para cálculo de proventos sobre a última remuneração da jornada majorada, existindo uma expectativa de direito até que o mesmo seja cumprido.

37. Reforçando essa linha, tem-se que a regra geral do funcionalismo público distrital é a jornada de trabalho de 30 horas semanais (art. 57 da LC nº 840/11¹), havendo, naturalmente, carreiras com cargas horárias diferenciadas, conforme legislação específica. E nesse caso, a majoração de jornada com a finalidade de se fazer uso do indigitado dispositivo da LODF se sujeita ao interesse da Administração, *ex vi* do disposto no § 1º do art. 57 da LC nº 840/11. Não representa, assim, direito líquido e certo a realização de jornada majorada. Por fugir à regra, somente é incorporável para a aposentadoria se cumprida a condicionante, ganhando, aí sim, caráter definitivo.

38. *In casu*, para aquele que, submetido a jornada majorada, porém não predominante na forma do § 7º do art. 41 da LODF, faltaria o quesito “caráter definitivo” para efeito de incidência do termo “última remuneração”, e por isso haver-se-ia de considerar a remuneração que corresponderia à sua jornada padrão. Portanto, o aludido disposto não fixa condição *sine qua non* para efeito da aposentação em si, situação em que haveria clara incompatibilidade vertical com as normas constitucionais que disciplinam a matéria.

39. Nesse ponto, releva observar que a norma que disciplina os critérios e requisitos para aposentação com proventos calculados pela última remuneração já existia à época da promulgação da LODF, subsistindo tal sistemática nas regras de transição. O § 7º do art. 41 da LODF não entra na seara das regras constitucionais, pois o cálculo dos proventos, em todo caso, continua a ser sobre a última remuneração, excluídas, naturalmente, as parcelas de caráter transitório.

40. Assim, entender pela inaplicabilidade do § 7º do art. 41 da LODF implicará reconhecer, ainda que por via indireta, que a expressão “última

¹ **LC nº 840/11**

Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

§ 1º No interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho pode ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.



remuneração” compreenderá a jornada de trabalho do mês da aposentadoria, independentemente de quanto tempo aquela tenha sido exercida, a exemplo da situação de um servidor que tenha trabalhado durante toda a vida funcional cumprindo jornada de 20 horas, porém no mês anterior à aposentação passe à jornada de 40 horas, situação que poderá comprometer o equilíbrio atuarial do RPPS/DF.

41. É bem de ver que o e. TJDF/DF tem entendimento sedimentado quanto à aplicabilidade do disposto no § 7º do art. 41 da LODF. Em várias ocasiões, ao analisar pedidos relativos a horas extras, em que restava configurado que o interessado laborava sob o regime de 40 horas nos termos do aludido dispositivo, aquela Corte não enxergou óbice à sua aplicabilidade. Vejamos alguns julgados:

APELAÇÃO. APOSENTADORIA. MÉDICOS. JORNADA. 40 HORAS SEMANAIS. TRÊS ANOS ANTERIORES À APOSENTADORIA. PARIDADE ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS.

I – Os autores se aposentaram antes da EC 41/03, que excluiu a regra da paridade e equivalência remuneratória entre ativos e inativos.

II – Cumprida a jornada de 40 horas semanais nos últimos três anos anteriores à aposentadoria (art. 41, § 7º, da LODF) deve ser assegurada a percepção de proventos com base na jornada de 40 horas semanais (Lei 3.323/04). Incidência da regra de paridade entre ativos e inativos (art. 7º, EC 41/03).

III – Apelação parcialmente provida. (Acórdão n. 510007, 20080110903837APC, Relator VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, julgado em 25/05/2011, DJ 09/06/2011 p. 232)

EMBARGOS INFRINGENTES. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. MÉDICO. HORAS EXTRAS. CARGA HORÁRIA VARIÁVEL. APOSENTADORIA. INCORPORAÇÃO DO ADICIONAL AOS PROVENTOS. POSSIBILIDADE.

I. É assegurado aos servidores, com carga horária variável, o cálculo de seus proventos de aposentadoria com base na jornada predominante nos três anos de serviço anteriores à inativação, conforme se verifica do disposto no art. 41, § 7º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

II. Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão n. 652636, 20080110968260EIC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 2ª Câmara Cível, julgado em 04/02/2013, DJ 14/02/2013 p. 46)



42. Do lado deste e. TCDF não é outra a orientação que vem sendo adotada. Em diversas assentadas não se negou vigência ao dispositivo indigitado, a exemplo das Decisões nºs 4658/02, 2597/10 e 2595/10.

43. Agora, se o servidor não estiver amparado pelas regras de transição que asseguram integralidade dos proventos, o respectivo cálculo obedecerá ao contido no art. 1º da Lei Federal nº 10.887/04, c/c o arts. 46 e 51 da LC nº 769/08, qual seja, aplicação da média salarial, lastreada estritamente no critério contributivo, levando para a inatividade não a última remuneração, mas a média de suas remunerações, considerando 80% das contribuições de todo o período contributivo sobre o qual incidiu contribuição previdenciária. Logo, para efeito da regra geral o § 7º do art. 41 da LODF se torna irrelevante, não ensejando proventos calculados sobre a última remuneração, em todo caso.

44. Portanto, o disposto § 7º do art. 41 da LODF só faz sentido em relação às regras de transição, visto que o princípio contributivo afeta apenas as aposentadorias calculadas pela média.

IV – Análise da compatibilidade do § 7º do art. 41 da LODF com os princípios invocados pelo *Parquet*

45. Não há se falar sobre possível colisão do § 7º do art. 41 da LODF com os princípios da moralidade e da razoabilidade. O próprio legislador constituinte derivado, ao resguardar o direito dos servidores públicos às regras de transição, com manutenção do cálculo dos proventos pela última remuneração e paridade em relação aos servidores ativos, também resguardou a possibilidade da majoração desses benefícios nos termos do § 7º do art. 41 da LODF, conforme já dito anteriormente, não havendo qualquer incompatibilidade vertical desse dispositivo em relação ao texto constitucional.

46. Acerca da possível violação do princípio da economicidade, entende-se que tal não tenha ocorrido, visto que o caráter contributivo se restringe às aposentadorias pela média e, em tais concessões, a contribuição previdenciária será equivalente ao valor percebido a título de proventos. Em verdade, o § 7º do art. 41 da LODF veio justamente para moralizar a aplicação do termo “última remuneração”, quando fixou um marco temporal de três anos.

47. Quanto à possível violação ao princípio do equilíbrio atuarial, quer parecer que eventual desequilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF deve ser avaliado pelo IPREV, uma vez que órgão gestor do Regime, *ex vi* do disposto no art. 3º da LC nº 769/08, incumbindo-lhe, segundo o § 1º do art. 4º dessa Lei, o gerenciamento e a operacionalização do



RPPS/DF, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários, devidos aos segurados e seus dependentes.

48. Desta feita, entende-se, por prudência, caber recomendação àquele Instituto no sentido de avaliar se a aplicação do disposto no § 7º do art. 41 da LODF importa em desequilíbrio atuarial do RPPS/DF, para as adequações normativas que se fizerem necessárias, seja para propor alteração à LODF, seja para melhor regular a aplicação do referido dispositivo.

V – Conclusão

49. Resta claro, portanto, que o benefício previsto no § 7º do art. 41 da LODF alcança apenas os servidores inativados pelas regras de transição, já que para eles o cálculo dos proventos é baseado na última remuneração percebida na atividade. Para os demais, aposentados com fundamento na regra geral, tal dispositivo não altera a metodologia de cálculo dos proventos, já que o incremento na remuneração da atividade será igual ao incremento para apuração da média.

50. Conclui-se, assim, que a norma do § 7º do art. 41 da LODF não é incompatível com as normas constitucionais que instituíram o caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

51. Pelo exposto, sugere-se ao e. Plenário:

I – tomar conhecimento do resultado do estudo empreendido em face do item III da Decisão nº 1084/2013;

II – considerar que o disposto no § 7º do art. 41 da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF guarda conformidade com as normas constitucionais que instituíram o caráter contributivo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;

III – recomendar ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF que avalie se a aplicação do disposto no § 7º do art. 41 da LODF importa em desequilíbrio atuarial do RPPS/DF, nas aposentadorias concedidas com base nas regras de transição;

IV – dar ciência da decisão que vier a ser adotada no presente feito à ilustre Procuradora signatária da presente Representação;

V – autorizar o arquivamento do feito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

Fls.: 34

Proc.: 8792/13

Rubrica

À consideração superior.

Brasília, 08 de abril de 2013.

Emerson Rafael Santos da Silva
Auditor de Controle Externo
Matr. nº 1454-6